

Sumário

Número de notícias: 22 | Número de veículos: 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

O que significa a escolha de Haddad para a Fazenda - MERCADO S/A 3

VALOR ONLINE - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

"PEC preocupa, mas é preciso dar benefício da dúvida", diz Mansueto 5

O GLOBO - ON LINE - RJ - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Para recompor caixa, estados elevam ICMS ou criam novos impostos após alívio para combustíveis 6

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - GERAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Contas públicas, reformas, Congresso: desafios de Haddad 8

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Um mal que atinge países ricos e pobres 10

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
SERVIDOR PÚBLICO

Máquina de gerar desigualdades (Editorial) 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Seria um erro manter a desoneração dos combustíveis (Artigo) 14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Após a PEC, as finanças dos Estados - HENRIQUE MEIRELLES 15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

STF julga ações com impacto fiscal de até R\$ 150 bi 16

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Política fiscal pode prejudicar cenário de queda da inflação (Editorial) 17

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Economia subterrânea cresce no Brasil (Editorial) 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Trégua de três meses para Lula 19

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Lula deve anunciar mulheres para ministérios com verbas robustas 20

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
SEGURIDADE SOCIAL

STF analisa pacote de 'bombas tributária' antes do recesso 23

PORTAL R7 - NACIONAL - MONITOR7
SEGURIDADE SOCIAL

Após julgamento do STF, INSS alerta para golpe da revisão da vida toda..... 24

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

PEC 32 começa a tramitar na Câmara..... 26

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SERVIDOR PÚBLICO

Economia nega Estado "quebrado" e projeta queda na dívida..... 28

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Por que a sigla MMT provocou estresse no debate fiscal..... 29

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Com Selic alta, 2023 deve ser o "ano da renda fixa" de novo..... 32

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

O papel do BNDES e da Petrobras no governo Lula - SERGIO LAMUCCI..... 33

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Renegociação da dívida foi marca de Haddad em SP..... 34

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Na COP17, Brasil defende equilíbrio entre meta de preservação e finanças..... 35

O que significa a escolha de Haddad para a Fazenda - MERCADO S/A



AMAURI SEGALLA



O mercado financeiro já digeriu a escolha de Fernando Haddad para o Ministério da Fazenda - tanto é assim que o Ibovespa, o principal índice da bolsa brasileira, subiu na última sexta-feira, dia do anúncio de seu nome. Na Faria Lima, em São Paulo, o coração financeiro do Brasil, a expectativa é que Haddad defina alguma âncora fiscal baseada em metas responsáveis, sem a chamada "licença para gastar". Como é sabido, contudo, trata-se de um governo de esquerda, o que pressupõe uma agenda mais voltada para questões sociais, aumento de gastos e maiores investimentos públicos. Não adianta esperar, digamos, por privatizações, porque elas provavelmente não estarão na agenda de prioridades do futuro governo. A favor de Haddad está o fato de ser um acadêmico aberto a ideias vindas de diferentes correntes. Ele também tem ambições políticas, o que é um estímulo para que faça bom trabalho à frente da Fazenda.

Cotado para trabalhar com Haddad, Bernard Appy defende simplificação tributária

O humor do mercado financeiro dependerá também da escolha dos auxiliares mais próximos de Fernando Haddad. Nesse aspecto, há expectativa positiva em relação ao nome de Bernard Appy, ex-secretário de política econômica da Fazenda no primeiro governo Lula (2003-2007) e autor da proposta de **reforma**

tributária da Câmara, a PEC 45/2020. Appy é contra desonerações setoriais e defende a simplificação e racionalização dos **tributos**, ideias que agradam a turma das finanças.

Com taxa de juros alta, IPOs desaparecem no Brasil e Estados Unidos

Não foi apenas o mercado acionário brasileiro que enfrentou uma seca de aberturas de capital em 2022. Se a B3, a bolsa brasileira, encerrará o ano sem nenhum IPO (oferta pública inicial de ações, na sigla em inglês), nos Estados Unidos o movimento foi igualmente decepcionante. Em 2021, as bolsas americanas realizaram, em conjunto, 1035 IPOs. Em 2022, serão 173. Com a alta das taxas de juros em diversos países - inclusive no Brasil e Estados Unidos -, os investidores fogem dos ativos de risco.

Fiasco no Catar traz prejuízo financeiro para a CBF

Os prejuízos com a eliminação da Seleção brasileira na Copa do Mundo não se limitam ao campo esportivo. Com a queda precoce no Catar, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) deixará de embolsar US\$ 25 milhões (cerca de R\$ 130 milhões) em premiação. Se ganhasse o hexacampeonato, o Brasil teria direito a uma premiação total de US\$ 42 milhões. A CBF também está preocupada com a eventual perda de anunciantes. Como é natural, o fiasco no Mundial poderá afastar o interesse de patrocinadores.

RAPIDINHAS

A indústria da AVIAÇÃO quer deixar de ser uma das mais poluentes do mundo. Segundo a Associação Internacional de Transporte Aéreo (IATA, na sigla em inglês), a produção de combustível sustentável atingirá pelo menos 300 milhões de litros em 2022, o que representará um aumento de 200% em relação ao volume de 2021.

Em documento assinado em outubro passado, as companhias aéreas se comprometeram a eliminar por completo as suas emissões de dióxido de carbono (CO2) até 2050. Para atingir essa meta, o único caminho possível é o uso em larga escala do combustível sustentável, com a produção de 450 bilhões de litros por ano.

A Marcopolo, maior fabricante de componentes e carrocerias de ônibus do Brasil, investirá R\$ 20 milhões em uma nova linha de produção de peças em Farroupilha, no Rio Grande do Sul. A unidade será inaugurada no primeiro semestre de 2023, ocupando um espaço de 5 mil metros quadrados dentro do complexo industrial GreenTec, que pertence à

empresa.

Não tem sido fácil a vida dos acionistas do Nubank. Desde a abertura de capital, há exato um ano, a maior fintech da América Latina perdeu US\$ 22,4 bilhões em valor de mercado com a queda da cotação de suas ações em cerca de 50%. Nos bastidores, comenta-se que o Nubank iniciou um plano de demissão de funcionários.

US\$ 16,4 bilhões é quanto os influencers movimentarão no mundo em 2023, segundo o site especializado Influencer Marketing Hub. Em 2022, foram US\$ 13,8 bilhões

"O Auxílio Brasil não só é frágil, mas gera desigualdades. O programa prioriza famílias menores em detrimento de famílias maiores" Tereza Campello, economista que integra a equipe de transição do governo Lula

"PEC preocupa, mas é preciso dar benefício da dúvida", diz Mansueto

Por Anaís Fernandes e Marta Watanabe - De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/12/12/pec-preocupa-mas-e-preciso-dar-beneficio-da-duvida-diz-mansueto.ghtml>

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP

"PEC preocupa, mas é preciso dar benefício da dúvida", diz Mansueto

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/12/12/pec-preocupa-mas-e-preciso-dar-beneficio-da-duvida-diz-mansueto.ghtml>

Para recompor caixa, estados elevam ICMS ou criam novos impostos após alívio para combustíveis

Assim como o governo federal, os estados também enfrentarão um cenário fiscal mais adverso em 2023, com queda na receita devido ao corte do ICMS aprovado pelo Congresso este ano. Para recompor o caixa, ao menos cinco assembleias estaduais - Sergipe, Piauí, Pará, Paraná e Goiás - aprovaram aumento de **impostos** ou criação de **tributos**.

Na última quarta-feira, Piauí e Sergipe aprovaram leis para aumento do ICMS em suas assembleias legislativas. No caso do Piauí, a alíquota básica subirá de 18% para 21% - com exceção de gás de cozinha e itens da cesta básica, que tiveram redução de imposto.

Também foi criado o Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Logística do Estado do Piauí, que permite a cobrança de até 1,65% do valor de produtos destinados ao exterior ou que tenham o fim específico de exportação. Em Sergipe, a alíquota geral do ICMS vai subir de 18% para 22%.

O movimento de elevação de **tributos** é uma tentativa de compensar a queda na arrecadação após o Congresso ter aprovado, em junho, um projeto endossado pelo governo Bolsonaro para reduzir o ICMS sobre combustíveis, energia elétrica e telecomunicações. O objetivo era baixar os preços, sobretudo da gasolina, às vésperas das eleições.

Queda de 6,5%

Segundo a Instituição Fiscal Independente (IFI), a queda na arrecadação do ICMS no terceiro trimestre foi de 6,5%, principalmente devido ao corte no imposto estadual, agravado pelo freio na economia.

- O crescimento econômico deve ser menor e isso, somado à redução de alíquotas, deve afetar a arrecadação dos estados - diz Vilma Pinto, economista e diretora da IFI.

No Piauí, a estimativa de perda de receita com o corte do ICMS nos últimos meses é de cerca de R\$ 800 milhões. Já a Secretaria da Fazenda de Sergipe calcula em R\$ 173 milhões até o fim deste ano.

No Pará, a Assembleia Legislativa também aprovou lei

para elevar a alíquota básica do ICMS de 17% para 19% para alguns itens. Mas o governador do estado, Helder Barbalho (MDB), já declarou que a elevação é insuficiente para compensar as perdas de arrecadação. No Paraná, deputados aprovaram proposta que eleva a alíquota básica do tributo estadual de 18% para 19%.

- Fizemos a aprovação para compensar a perda de arrecadação que tivemos devido à redução das alíquotas de ICMS sobre combustíveis, telecomunicações e energia. Também aumentamos as alíquotas sobre refrigerantes. Nosso déficit vai bater R\$ 3,3 bilhões. Essas mudanças que fizemos devem mitigar isso em 50% - disse Ratinho Jr. (PSD), governador do Paraná, que ainda precisa sancionar a nova lei.

O governo do Paraná também encaminhou ao Legislativo proposta para a criação do Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Logística do Estado do Paraná, mas ainda não há data para votação. Os recursos virão de novas taxas sobre a comercialização de commodities como soja e milho, com alíquotas de até 3%.

Iniciativa similar foi aprovada pela Assembleia Legislativa de Goiás, que acatou a sugestão do Executivo para criar uma contribuição sobre produtos do agronegócio. A arrecadação também será destinada para um fundo de infraestrutura.

Em nota, o estado de Goiás disse que as perdas de arrecadação com a redução do ICMS são estimadas em R\$ 2,2 bilhões neste ano e em R\$ 5,2 bilhões em 2023. O governo estima arrecadar até R\$ 1 bilhão por ano com o novo fundo.

No pós-pandemia, gastos subiram

Juliana Damasceno, economista da consultoria Tendências, explica que as contas dos estados foram beneficiadas em 2020 e 2021 com as transferências federais bilionárias durante o período mais duro da pandemia e com os efeitos da **inflação**, que garantiu uma arrecadação maior. Esse foi o argumento de Bolsonaro para forçar a redução do ICMS.

No entanto, passada a pior fase da pandemia, os salários de servidores voltaram a ser reajustados neste ano e uma onda de investimentos em infraestrutura foi retomada, em função da tentativa de reeleição de governadores.

O problema, lembra ela, é que esses investimentos contratam mais gastos permanentes para os estados, num período de queda na arrecadação de ICMS e de indefinição sobre uma possível compensação da União. Na média, combustíveis e energia correspondem a cerca de 30% da arrecadação dos estados.

- A reação dos estados foi arrochar os contribuintes. Há criação de taxas sob nome de fundos, e outros que aumentam a alíquota base do ICMS. Os estados querem compensação, mas a União não tem garantia de caixa, porque enfrenta as limitações do teto de gastos - diz o professor da USP Fernando Scaff, sócio do Silveira Athias Advogados.

Diálogo com Lula em 2023

Os estados tentam finalizar um acordo com a União para compensar as perdas com a lei aprovada em julho. Como o ICMS é estadual, os governadores alegaram inconstitucionalidade da lei e recorreram ao Supremo Tribunal Federal (STF), que criou uma comissão de reconciliação.

O governo eleito, porém, pediu para o Supremo adiar as discussões. Mas o diálogo de Lula com os governadores, que aconteceria ainda antes da posse, ficou para janeiro de 2023.

- A União não pode legislar sobre **tributos** estaduais, aquilo foi um absurdo e deverá ser desfeito nesse acordo construído no Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), com representantes do STF - disse Mauro Mendes (União Brasil), governador do Mato Grosso.

Suspensão de dívida

Diante do impasse, oito estados conseguiram liminar para suspender dívidas com a União. Levantamento do Tesouro Nacional aponta que, até 29 de novembro, o impacto das liminares foi de R\$ 6 bilhões. Para Juliana, da Tendências, as liminares não resolvem o problema:

- Quando você suspende a dívida, você não quita. Então, faz-se uma compensação temporária do fluxo, mas não do estoque.

Na avaliação da especialista, é preciso que seja feita

uma **reforma tributária** mais ampla para reduzir as distorções do sistema tributário do país.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2022/12/para-recompor-caixa-estados-elevam-icms-ou-criam-novos-impostos-apos-alivio-para-combustiveis.ghtml>

Contas públicas, reformas, Congresso: desafios de Haddad

Escolhido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para comandar o Ministério da Fazenda, Fernando Haddad contrapõe a preocupação do mercado financeiro de que seria um ministro "gastador" com o "selo" de boa gestão dado pelas agências de risco durante sua gestão à frente da Prefeitura de São Paulo.

Ele disse que vai ouvir economistas de sua confiança para definir a regra que substituirá o teto de gastos, norma que atrela o crescimento das despesas à **inflação**. Como prioridades para o primeiro ano, ele elencou a aprovação da **reforma tributária** e a retomada de acordos internacionais.

Veja o que o novo ministro da Fazenda pensa sobre os principais desafios econômicos, em declarações feitas recentemente: Nova regra fiscal "Estamos ganhando com a PEC (da Transição) o tempo necessário para abrir discussão com sociedade (sobre âncora fiscal). Temos perspectiva boa de aprovar a **reforma tributária** ano que vem. O ideal é que, com **reforma tributária**, a gente paralelamente remeta para o Congresso um novo arcabouço fiscal, porque aí vai ser coerente com a reforma que terá sido feita." Expansão de gastos "O que procuramos passar na transição é o conceito de em proporção ao **PIB** de 2023 não pode ser menor que a despesa em proporção ao **PIB** de 2022, para que não chegue em dezembro do ano que vem com os problemas de dezembro deste ano." **Reforma tributária** "A determinação clara do presidente Lula é que nós possamos dar logo no início do próximo governo prioridade total à **reforma tributária**. Me parece que Lula vai dar prioridade à **reforma tributária** do (Bernard) Appy. O Estado é acusado muitas vezes de onerar o crédito com a cobrança de **tributos**, de não aprovar certas leis que permitam uma execução de garantias de forma mais ágil por parte do credor. Isso tudo vai estar na ordem do dia no próximo governo." Tensão entre os Poderes "Queremos recuperar uma visão mais institucional do processo político, diminuir a tensão entre os Poderes. Estamos dialogando com o Congresso, que é parte da solução.

A partir do momento em que o governo parte para uma negociação política no Congresso Nacional, fortalecendo a institucionalidade, o respeito entre os Poderes, é uma aposta que o presidente está fazendo na volta à normalidade democrática no País." Moeda

comum no Mercosul "O início de um processo de integração monetária na região (países da América do Sul) é capaz de inserir uma nova dinâmica à consolidação do bloco econômico, ao oferecer aos países as vantagens do acesso e gestão compartilhada de uma moeda com maior liquidez, válida para relações com economias que, juntas, representam maior peso no mercado global." Articulação no Congresso "Eu, como ministro da Educação, nunca tive um voto contra do PSDB (no Congresso), porque eu negociava com o PSDB. Eu nunca perdi um projeto no Congresso: Prouni, cotas, FIES sem fiador, Fundeb, criação do Ideb, reforma do Enem, Sisu." Relação com os Estados "Precisamos virar a página da guerra entre Presidência da República, Estados e demais Poderes. Você não vai fazer boa gestão de saúde, de educação, sem pacto federativo. Vamos refazer o acordo federativo com governadores e prefeitos. Não há conflito distributivo superável crescendo 0,5% ao ano. Nós não vamos nos entender com esse crescimento." São Paulo "São Paulo já estava perdendo empregos para os outros Estados. Minas, Paraná e Mato Grosso do Sul. São Paulo está correndo sério risco de sofrer um processo ainda mais agudo de desindustrialização.

Isso está acontecendo em várias regiões do Estado." Privatizações "Outro dia me perguntaram 'Você é a favor da privatização?' Eu respondo: 'Do quê? Da Sabesp, não. Do Ceagesp, sim.' Então, me dê o caso, me apresenta o caso e eu vou me colocar com a maior transparência." PPPs "É uma coisa interessante de a gente retomar, inclusive mudando alguns detalhes da legislação que são obstáculos que têm refreado a contratação de parcerias. Às vezes, dificultando o aval do Tesouro, às vezes dificultando a participação da União em projetos de Estados e municípios.

Acho que tem um campo para a gente restabelecer o patamar de dez anos atrás em relação à carteira de investimentos." Planejamento "Eu acho que o Planejamento fica, às vezes, muito prejudicado por essa demanda diária. Quando você tem secretaria de planejamento e o mesmo ministro está tocando Orçamento, PPA, gestão, recursos humanos, logística, TI, não dá conta."

Fernando Haddad: primeiras tarefas para o ano de 2023 na Fazenda

Site: <https://digital.dm.com.br/#!/view?e=20221212&p=1>

Um mal que atinge países ricos e pobres

RAFAELA GONÇALVES

O mundo todo tem sofrido com pressões inflacionárias persistentes, que corroem o poder de compra das famílias de forma generalizada nos países ricos e pobres. Levantamento da publicação Visual Capitalist feito com base nos dados do site Trading Economics mostra que 43% dos países registraram **inflação** acima de dois dígitos no acumulado em 12 meses até outubro. Em alguns casos, o índice do custo de vida chega a três dígitos, como o Zimbábue, que lidera a lista com a maior **inflação** do mundo, de 263% ao ano. Líbano e Venezuela aparecem em seguida, completando o pódio do ranking global, com **inflação** de 162% e 156%, respectivamente.

A guerra entre Rússia e Ucrânia e as sanções econômicas impostas pelas principais economias do mundo aos russos ligaram o alerta para mais uma crise mundial. O impacto mais imediato do conflito foi nos preços das commodities. Petróleo e alguns alimentos, como trigo, milho e proteínas, iniciaram um movimento de forte alta após o início da ofensiva russa.

"Devemos lembrar que, junto com o início da guerra, houve medidas de retaliação que afetaram principalmente a principal mercadoria de exportação da Rússia, que são os hidrocarbonetos, por exemplo, o petróleo e o gás natural. Com a redução das exportações, houve, além disso tudo, um aumento expressivo da cotação do petróleo no mercado internacional, pressionando todos os seus derivados e conseqüentemente o preço dos combustíveis, com o aumento do preço dos fretes e, além disso, o aumento da cotação do gás na Europa", destaca o economista especialista em macroeconomia e doutorando em ciência política, Felipe Queiroz.

Crise energética

A crise energética, problema que se agravou no início da pandemia da covid-19, exerceu um importante papel nesse cenário de **inflação** de dois dígitos no mundo e nos maiores patamares dos últimos 40 anos em muitos países desenvolvidos. Em comparação com a média de 2021, os preços do gás natural na Europa aumentaram seis vezes. Os preços reais da eletricidade doméstica no Velho Continente subiram 78% e o custo gás disparou 144%, em comparação com as médias dos últimos 20 anos.

No Brasil, o aumento mais perceptível na conta de luz

vem do sistema de bandeiras tarifárias, que indica o quanto será cobrado a mais pela energia. Justificado pela escassez de água e o acionamento das termelétricas durante a pandemia, o acréscimo de 52% na bandeira vermelha patamar 2, anunciado em junho do ano passado pelo governo, representou encarecimento de 17% na conta de luz residencial dos brasileiros.

Queiroz ressalta que o aumento da energia elétrica causa uma reação em cadeia, expandindo as pressões inflacionárias na economia, elevando, por exemplo, o custo de produção de bens em geral.

Neste ano, o preço dos combustíveis, também devido à crise internacional, bateu recorde em meados de abril e pesou no bolso dos consumidores, com a gasolina chegando a custar R\$ 8,59 o litro em alguns postos das cidades brasileiras. A servidora pública Eduarda Matos, 27 anos, precisou mudar sua rotina e voltar a andar de ônibus, devido ao custo exorbitante da gasolina. "Foi perceptível o aumento nas bombas, principalmente para os trabalhadores que fazem região do entorno. Eu, por exemplo, faço a rota de Luziânia para Brasília todos dias e pode parecer um aumento insignificante, mas na ponta do lápis, no fim do mês, esse valor acaba alterando a dinâmica e toda a minha programação para as contas de casa", conta.

Vilões

No cenário doméstico, os alimentos são os maiores vilões do aumento do custo de vida e os preços acumulam altas de dois dígitos. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o grupo alimentação e bebidas acumularam alta de 11,84% nos últimos 12 meses encerrados em novembro - o dobro da variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no mesmo período, de 5,90%.

"Fazendo um apanhado do ano até o momento, o que mais pressionou a **inflação** brasileira foram os alimentos, que vão terminar o ano com o aumento real acima da **inflação** média. Contando que as famílias, principalmente as de baixa renda, gastam praticamente tudo que ganham com a compra de alimentos, eu diria que uma alimentação subindo acima do índice médio faz com que famílias de baixa renda percebam ainda mais a **inflação**, porque diferente de outras categorias, todo mundo consome alimentos e precisa comer", afirma o coordenador dos Índices de Preços do Instituto Brasileiro de Economia

da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), André Braz.

Apesar da desaceleração do IPCA, que acumulava alta de 6,47% nos 12 meses até outubro, em grande parte devido à redução dos **impostos** nos combustíveis e na energia, ele alerta para o fato de a alta de preços ainda estar muito espalhada na economia. "A **inflação** está bem espalhada e o índice de difusão, que mede o percentual de produtos e serviços que tiveram aumento em novembro, ficou em 59%, um patamar alto."

A empregada doméstica Adriana Oliveira, 42 anos, mudou os hábitos nas compras do supermercado e reconhece que está cada vez mais difícil manter a geladeira cheia. "É surreal o preço que estão as coisas. Lá em casa eu já praticamente parei de consumir carne vermelha, porque é mais caro, só compro frango, que é mais em conta. Também não tem mais como levar os agrados que meu filho gosta, porque hoje em dia você pega o mínimo e a compra não dá menos que R\$ 300 reais", reclama.

Outro vilão da **inflação** brasileira são os itens de vestuário, que acumularam a alta de 18,65% nos 12 meses até novembro. O segmento, de acordo com o presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), Fernando Pimentel, vem operando com certas particularidades desde de agosto de 2020, primeiro ano da pandemia. "Naquele momento, as pressões derivadas dos aumentos de custo começaram a bater nas relações comerciais com varejo e as pressões inflacionárias vinham trazendo muito estresse para todas as indústrias, principalmente aquelas que dependiam do algodão. Esse cenário manteve-se durante todo o primeiro semestre de 2022", afirma.

Alta nos juros

Bancos centrais do mundo vem intensificando o ritmo do aperto monetário com aumento de taxas de juros na tentativa de conter a **inflação** que acelerou globalmente desde a pandemia da covid-19. No Brasil, o Banco Central interrompeu o ciclo de alta dos juros iniciado em março de 2021 devido à desaceleração da **inflação** ao longo do ano, mas a variação do IPCA acumulada em 12 meses continua acima da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 3,5%, e do teto de tolerância de 5% para 2022.

E, apesar de o Brasil não estar no topo do ranking da **inflação** mais elevada do quadro acima, o país lidera em outro ranking nada animador, que é o de juros reais (descontada a **inflação**) mais altos do mundo. Conforme dados da Infinity Asset Management, o país, com taxa de 8,16% ao ano.

Analistas reconhecem que, mesmo a desaceleração da alta de preços, as autoridades não podem negligenciar no controle das pressões inflacionárias. Não à toa, o Banco Central deixou a janela aberta para nova alta da taxa básica da economia (Selic), atualmente em 13,75% ao ano, se houver piora nas perspectivas para o IPCA e no quadro fiscal. E, no cenário internacional, analistas reconhecem que grande parte do mundo ainda deve enfrentar **inflação** acima de dois dígitos por um tempo mais prolongado. "A questão até quando vai o aumento inflacionário é complexa. Envolve muitas incertezas relacionadas tanto ao processo de continuidade ou não da guerra e a política macroeconômica adotada pelos bancos centrais, que tem gerado um efeito muito perverso sobre o mercado global", alerta Felipe Queiroz.

Fazendo um

apanhado

do ano até o

momento, o que

mais pressionou

a **inflação**

brasileira foram

os alimentos"

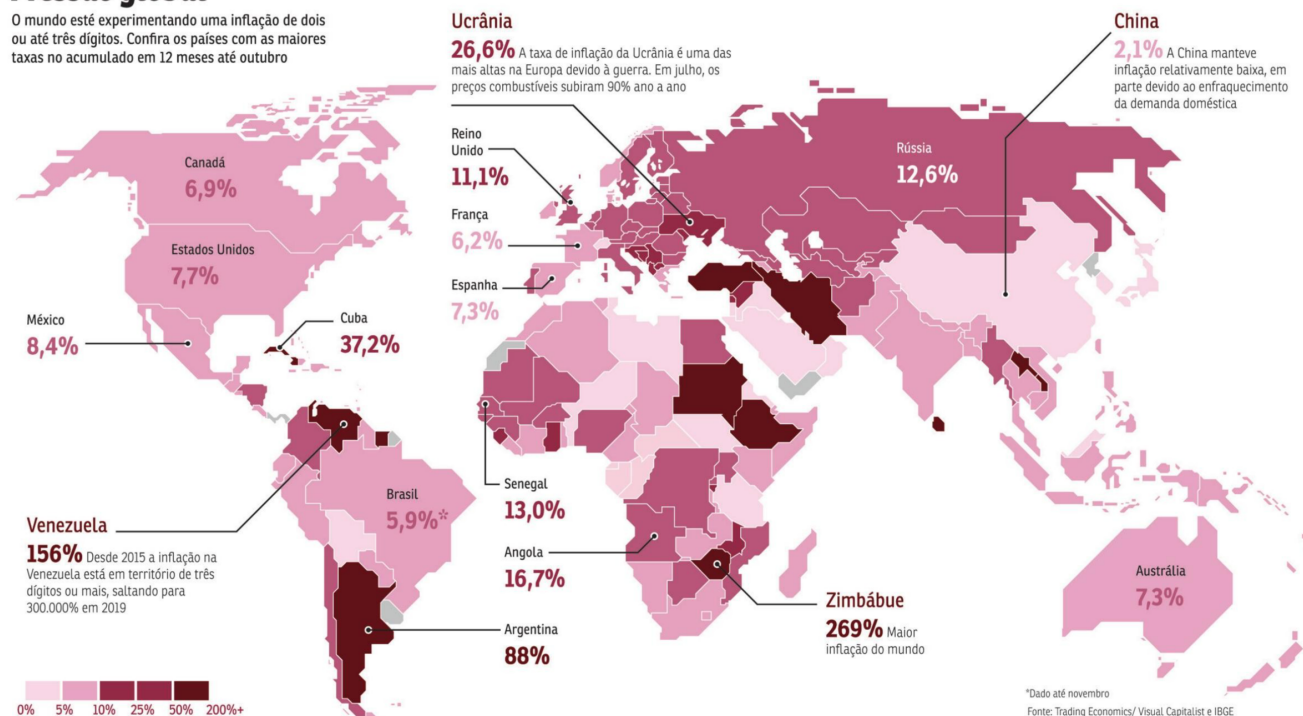
André Braz, economista

e coordenador do Índice

de Preços do FGV Ibre

Pressão global

O mundo está experimentando uma inflação de dois ou até três dígitos. Confira os países com as maiores taxas no acumulado em 12 meses até outubro



Máquina de gerar desigualdades (Editorial)

Como de hábito no fim de ano, as elites do funcionalismo se mobilizaram para aumentar seus contracheques. O Senado pautou o retorno do quinquênio para juizes federais - um bônus de 5% do salário a cada cinco anos. O STF aprovou um aumento de 18% para magistrados e servidores. A Assembleia Legislativa de São Paulo aumentou em 50% o salário do governador, o teto do funcionalismo paulista. Nada há de errado quando trabalhadores buscam ser bem recompensados. O problema é quando a ótima remuneração de uns poucos é paga à custa da péssima remuneração de muitos.

Em uma administração pública sustentável e republicana, ganhos a servidores devem ser planejados dentro dos limites fiscais, ser distribuídos equitativamente a toda a cadeia do serviço público, premiar ganhos de produtividade e ser acompanhados de revisões da máquina administrativa que garantam quadros mais enxutos e eficientes, resultando em melhores serviços.

Mas no sistema brasileiro dá-se o inverso. Primeiro, um setor da elite do funcionalismo aumenta seus rendimentos. Logo outros setores da elite, pretextando isonomia, ampliam os seus, aumentando a distância em relação às bases. Então essas bases, pretextando a mesma isonomia, mas sem o mesmo poder de barganha, avançam sobre as migalhas, aumentando sua distância em relação à iniciativa privada.

Como o Orçamento é limitado, o espaço para investimentos e gastos fora da folha se contrai. Como o fiscal fica sempre para depois, é preciso aumentar a dívida e/ou **impostos** para pagar a conta. De todo modo, a renda do trabalhador privado é corroída, seja pelos juros e a **inflação** decorrentes do descontrole fiscal, seja pela carga tributária. Como essas medidas não são acompanhadas de reformas tributárias que eliminem a regressividade do sistema, os pobres pagam mais. E, como nunca são acompanhadas de reformas administrativas que tornem os serviços mais eficientes, o aumento dos custos não resulta em melhores serviços.

Assim, o Estado brasileiro é uma máquina de gerar desigualdades: primeiro, entre os servidores no topo da pirâmide e os da base; depois, entre o funcionalismo e a iniciativa privada.

Comparativamente, o Brasil tem poucos servidores: 5,6% do mercado de trabalho, enquanto a média na OC-DE é de 9,6%. Mas, enquanto nos países da

OCDE os gastos com a folha representam 9,9% do **PIB**, no Brasil são 13,4%. A razão está justamente nos altos rendimentos da elite dos servidores, sobretudo federais.

Hoje o salário mínimo é de R\$ 1,2 mil e a renda média, de pouco mais que o dobro. A média entre os funcionários públicos é de quase R\$ 5 mil. Entre os servidores federais, é de R\$ 10 mil. No Poder Judiciário, é de R\$ 12 mil. Mas há contracheques que chegam a mais de R\$ 440 mil mensais. Nos países da OC-DE, os **servidores públicos** recebem, em média, um salário 16% maior que os de seus pares na iniciativa privada, enquanto o salário dos servidores federais no Brasil é 67% maior. Isso sem contar uma estabilidade quase absoluta e um sem-número de auxílios e indenizações (os "penduricalhos") dos quais o trabalhador privado, que paga por eles, jamais verá a cor. Segundo a Instituição Fiscal Independente, entre 2013 e 2018, enquanto a massa salarial dos empregados no setor privado encolheu 0,7%, os ganhos dos agentes públicos cresceram 12%.

"Mecanismos meritocráticos aliados à racionalização, redução e padronização dos planos de carreira gerarão ganhos para todos. Com uma máquina pública mais enxuta e eficaz, as desigualdades no serviço público e entre ele e a iniciativa privada diminuiriam; os servidores seriam mais bem recompensados pelo seu trabalho; e o contribuinte seria mais bem servido por seus **impostos**", já disse este jornal no editorial Por um Estado eficiente (1/10/22). "Os ganhos de produtividade, aliados à racionalização dos custos da máquina pública, resultariam não só em serviços melhores e menos onerosos, mas num ambiente de negócios mais propício aos investimentos. Em outras palavras: mais crescimento econômico e mais justiça social, num círculo virtuoso de retroalimentação."»

Seria um erro manter a desoneração dos combustíveis (Artigo)

Claudio Adilson Gonzalez Economista e diretor da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda

Reduzir os preços da gasolina e do diesel, a qualquer custo, virou obsessão para Jair Bolsonaro.

No primeiro semestre, foram zeradas até 31/12/2022 as contribuições para o PIS/Pasep e a Cide dos combustíveis. A renúncia de receita, no corrente ano, chegará próxima a R\$ 35 bilhões. Se a desoneração for mantida em 2023, como prevê o projeto de lei orçamentária, o custo fiscal será de aproximadamente R\$ 53 bilhões (0,5% do **PIB**). Se fosse permanente, teria impacto significativo no endividamento público.

É difícil aceitar que um governo, premido pela necessidade de expandir gastos, não só para financiar os programas sociais, como também para recuperar políticas públicas essenciais, abra mão de tão expressivo montante de receitas.

Nossas estimativas indicam que o efeito nos preços ao consumidor tende a ser maior na gasolina (+16%) e no etanol (+13%) do que no diesel (+6%). Ou seja, manter a desoneração significaria subsidiar principalmente os consumidores de maior renda, que possuem veículos próprios, não os pobres. Quanto ao gás de cozinha, a desoneração é permanente e há o bolsa-gás.

Declarações atribuídas pela imprensa a integrantes do gabinete de transição sustentam que a volta desses **tributos** teria impacto inflacionário e que isso poderia fazer com que o Banco Central (BC) reagisse elevando os juros. Esse é um argumento equivocado por dois motivos. Primeiro, porque o BC já trabalha com o fim da desoneração em suas projeções para os preços administrados. Segundo, porque o impacto no IPCA (estimo em 0,8 ponto porcentual) seria um choque de custo puro, não recorrente, ao qual a política monetária não deve reagir.

Além disso, a queda inicial da **inflação** decorrente da desoneração vai sendo gradualmente atenuada, dado que essa renúncia tributária significa impulso fiscal que eleva a demanda por outros bens e serviços. Ao ir ao cinema, gasta-se menos em combustível, mas sobra mais dinheiro para a pipoca ou a pizza.

Apesar de a desoneração também concorrer para reduzir o preço do etanol, a maior parte da perda de receita do governo se dá para subsidiar os combustíveis emissores de carbono (gasolina e diesel). Enquanto vários países do mundo já adotaram ou pretendem adotar **tributos** sobre os combustíveis fósseis, o governo brasileiro perde receita para subsidiá-los.

No momento em que este artigo estava sendo redigido, a Agência Estado (AE News) publicava entrevista na qual Aloizio Mercadante declarava que a decisão de prorrogar ou não essa desoneração dependeria do preço internacional do petróleo, da taxa de câmbio e de como se resolverá o imbróglio da redução do ICMS sobre combustíveis. Quer dizer que a política de Bolsonaro e Paulo Guedes de reduzir **tributos** para compensar oscilações cíclicas dos preços de commodities será mantida no novo governo? Bem, prefiro não acreditar nisso. |

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Após a PEC, as finanças dos Estados - HENRIQUE MEIRELLES

HENRIQUE MEIRELLES

O futuro governo caminha para aprovar a PEC da Transição, de modo a obter do Congresso uma licença para gastar mais R\$ 168 bilhões em 2023, recursos que serão usados para pagar o novo Bolsa Família e outras promessas de campanha que não estavam incluídas no Orçamento. Todas as atenções estão voltadas para isso.

Mas há também uma questão grave, que terá de ser enfrentada em breve, relacionada às finanças dos Estados.

Em maio, o Congresso aprovou a lei que limita a alíquota do ICMS sobre combustíveis, gás natural, energia elétrica e serviços de transporte coletivo e de comunicação. As consequências negativas para o equilíbrio fiscal dos Estados começam a chegar.

Adriana Fernandes mostrou aqui no Estadão, na semana passada, que quatro estados - Pará, Piauí, Paraná e Sergipe - enviaram projetos às Assembleias Legislativas para aumentar **impostos**, de forma a compensar as perdas orçamentárias causadas pela lei. É o começo. Já sabemos como essa questão vai se encaminhar: em 2023 ou 2024, os Estados recorrerão ao governo federal em busca de ajuda financeira.

A lei afeta a principal fonte de receita dos Estados, o ICMS. Recentemente, vimos um aumento dos repasses do Fundo de Participação dos Estados, feito pelo governo federal. Mas essa receita cresceu por fatores conjunturais, que não se repetirão, enquanto a arrecadação do ICMS é permanente. Em resumo, os repasses não substituem a arrecadação com ICMS. Mais especificamente, a maioria dos Estados tem economias pouco diversificadas, por isso dependem fortemente da arrecadação do tributo sobre combustíveis e energia. O Estado de São Paulo, por exemplo, por ter uma economia mais diversificada, sente menos o impacto.

Aos Estados, restam poucas alternativas. Ao contrário do governo federal, os Estados são proibidos por lei de tomar empréstimos. As opções são aumentar **impostos** e cortar gastos, sob o risco de deixar de pagar salários e aposentadorias e ter de cortar despesas com saúde, educação e segurança, serviços

essenciais à população.

Em maio, eu apontei ao Estadão o erro que seria a lei: "Vejo como uma medida negativa. Ela gera uma queda na receita e na capacidade arrecadatória dos Estados. No momento em que os Estados começarem a ter problemas financeiros, isto resultará em um problema fiscal para a União". No passado, vários Estados quebraram por políticas fiscais irresponsáveis. Examinei isso quando fui ministro da Fazenda. Desta vez, foram atingidos por uma medida eleitoreira, pela qual o governo federal quis conter o preço dos combustíveis de forma artificial às custas do lado mais fraco. |

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

STF julga ações com impacto fiscal de até R\$ 150 bi

O Supremo Tribunal Federal (STF) julga até a próxima sexta-feira, em plenário virtual, uma série de ações que podem causar impacto de até R\$ 150 bilhões na arrecadação da União, de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2023. Os processos envolvem empresas dos setores de agronegócio, varejo e financeiro. Um dos processos, com risco fiscal estimado em R\$ 115,2 bilhões, é sobre a incidência ou não de PIS/Cofins sobre as receitas financeiras (como juros) de bancos. O relator, ministro Ricardo Lewandowski, acolheu a tese das instituições financeiras, que defendem que apenas as receitas brutas (oriundas da venda de produtos e serviços) podem compor a base dos **tributos**. O ministro foi o único a votar até agora.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Política fiscal pode prejudicar cenário de queda da inflação (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187406?page=10§ion=2>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187406?page=10§ion=2>

Economia subterrânea cresce no Brasil (Editorial)

Por Edson Vismona e Fernando de Holanda Barbosa Filho

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187406?page=10§ion=2>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187406?page=10§ion=2>

Trégua de três meses para Lula



Henrique Lessa

Entidades sindicais que representam os **servidores públicos** federais apresentaram, na última semana, as reivindicações do funcionalismo ao ex-ministro Aloizio Mercadante, coordenador geral dos grupos técnicos do gabinete de transição do governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O documento entregue apresenta os cálculos das perdas dos servidores com a **inflação**, que acumulam entre 30% e 40% em algumas carreiras. Dentro da categoria, alguns não têm reajuste desde 2017, ainda no governo de Michel **Temer** (MDB), como apontou o presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques.

O aviso já foi dado: Mercadante salientou que o novo governo não pode falar em aumento no primeiro momento. Apesar de criticar a falta de reajustes durante o governo Jair Bolsonaro (PL), a possibilidade fica por conta do espaço fiscal, que depende da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Transição. O texto, que passou pelo Senado Federal na última semana, ainda precisa da aprovação em dois turnos na Câmara dos Deputados.

Rudinei Marques afirmou que, diferentemente de 2022, quando a campanha salarial se iniciou em janeiro, as entidades do funcionalismo público devem buscar o caminho da negociação com o novo governo. Mas alerta que, a partir de março de 2023, os servidores poderão lançar as campanhas salariais e

iniciar a mobilização pela reposição das perdas inflacionárias. A possibilidade de greve não é descartada. "É um governo montado por uma equipe com tradição no diálogo, mas não é por ser um governo de trabalhadores que podemos deixar assim. A maior greve do funcionalismo aconteceu exatamente em 2012, durante o governo de Dilma", afirmou o sindicalista.

Já para Fábio Faiad Bottini, presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), não há que se falar em greves agora. As negociações já foram adiantadas com a entrega do documento ao ex-ministro Aloizio Mercadante, portanto deve-se aguardar a aprovação da PEC. "Temos que esperar e depois ver o que vamos negociar, em que termos. Ver quais propostas não salariais vão ser colocadas na mesa para as categorias. Têm coisas não salariais que podem ser muito interessantes. Haverá maturidade e boa vontade das partes, ninguém é louco de não ver que o Lula está pegando o país com o desequilíbrio fiscal do Paulo Guedes", apontou o sindicalista.

Proposta do Judiciário

Bottini entende ser prematuro cravar qualquer posição. "Nunca houve, desde a redemocratização, a transição de um governo que deixou quatro anos sem reajuste para outro, esse é um fato inédito. Estamos tentando lidar com a calma que o momento requer", destacou.

Marques, por outro lado, defende que o piso mínimo de reajuste para o Executivo deve ser equivalente ao reajuste proposto este ano para os servidores do Judiciário. A proposta que ainda está em tramitação no Congresso prevê 18%, que serão escalonados em 4 parcelas durante 2023 e 2024. "Esperamos um pouco mais de 20%", frisou. Marques lembrou que no Poder Judiciário os salários estão menos defasados que os do Executivo Federal.

O relator-geral do Orçamento de 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI), deve incluir na proposta orçamentária um espaço fiscal de R\$ 10 bilhões para o funcionalismo, caso a PEC seja aprovada. Esse novo espaço possibilita que o Executivo vá além da proposta do Judiciário, como evidenciou Marques. "Levamos essa reivindicação para a equipe de Transição, até porque hoje tem dinheiro, o que não tem é o orçamento, em função da Lei do Teto de Gastos", concluiu.

Lula deve anunciar mulheres para ministérios com verbas robustas

ADRIANO MACHADO/REUTERS - 1/12/2022



Simone Tebet é cotada para o Desenvolvimento Social



Presidente da Fiocruz, Nisia Trindade deve ir para a Saúde



Cantora Margareth Menezes foi sondada para a Cultura

Nomes confirmados

- **Fernando Haddad**
Ex-prefeito de São Paulo e ex-ministro da Educação foi anunciado para a Fazenda
- **Flávio Dino**
Eleito senador, ex-governador do Maranhão vai assumir o Ministério da Justiça
- **Rui Costa**
Governador da Bahia, foi anunciado como ministro-chefe da Casa Civil
- **José Múcio Monteiro**
Ex-TCU e ex-ministro de Relações Institucionais vai para a Defesa
- **Mauro Vieira**
Ex-chanceler e embaixador do Brasil na Croácia vai comandar o Itamaraty

DANIEL WETERMAN BRASÍLIA

Após um primeiro anúncio composto apenas por homens, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva prepara a divulgação dos nomes de cinco mulheres para comandar pastas relevantes, também, do ponto de vista orçamentário. A previsão é de que a lista inclua os ministérios da Saúde, da Educação e do Desenvolvimento Social que, juntos, têm R\$ 509

bilhões de orçamento previsto para 2023 e estão entre os órgãos responsáveis pelo maior volume de recursos - atrás apenas do Trabalho e Previdência, que gere as aposentadorias e benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Há a expectativa de que o segundo anúncio ocorra entre hoje - após a diplomação de Lula e do vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) - e amanhã. Na tarde de ontem, o petista reuniu aliados em Brasília para tratar da formação do governo com indicados na semana passada, como Fernando Haddad (Fazenda) e Rui Costa (Casa Civil).

De acordo com interlocutores de Lula, o próximo anúncio está reservado às mulheres. As definições ainda ocorrem em meio a uma pressão dos petistas por mais espaço na equipe ministerial, especialmente em pastas com maior orçamento e programas estratégicos, mas, por enquanto, os nomes ventilados contemplam mais os partidos aliados do que o PT.

Aliados esperam para esta semana a confirmação da senadora Simone Tebet (MDB-MS), que passou de adversária a aliada na campanha, para o comando da pasta de Desenvolvimento Social. O ministério é o responsável pela formulação de políticas destinadas à população mais carente e pela gestão do Bolsa Família, atual Auxílio Brasil.

Durante a campanha, Simone foi firme na defesa de programas robustos de transferência de renda e chegou a negociar com Lula a adesão do petista a uma de suas promessas de campanha: a criação de uma espécie de bolsa destinada a estudantes do Ensino Médio. A senadora também reivindica uma ação federal que reduza as filas na saúde.

Nessa área, a presidente da Fundação Oswaldo Cruz (Fio-cruz), Nísia Trindade, é a mais cotada. Nome fundamental para a vacinação contra covid-19 no Brasil, a socióloga e pesquisadora pode ser a primeira ministra da Saúde da história do País - ela já participa do processo de transição.

Escolha dada como certa nos bastidores - Nísia já não tem concorrentes para a vaga, segundo interlocutores do futuro governo -, ela deve assumir com a missão de comandar uma campanha nacional de imunização contra várias doenças em janeiro, segundo já afirmou Alckmin.

REPRESENTATIVIDADE. Na Cultura, o convite foi feito à cantora Margareth Menezes que, se aceitar, será a primeira mulher negra a compor o terceiro governo Lula. O mesmo ineditis-mo vale para o provável anúncio do nome da indígena Sônia

Guajajara, deputada federal eleita (PSOL-SP). Ela deve comandar políticas voltadas aos Povos Originários, área que pode virar uma secretaria vinculada diretamente à Presidência da República ou mesmo um novo ministério - uma promessa de Lula na campanha.

Na Educação, a disputa deve ser vencida pela governadora do Ceará, Izolda Cely (sem partido), apesar da pressão contrária do PT. Considerada uma das responsáveis pela evolução da educação pública em seu Estado, a professora que deixou o PDT neste ano para apoiar Lula tem como concorrente ao cargo o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), líder do partido na Câmara.

Aliados de Lula no Ceará argumentam que Izolda "perdeu muito" ao apoiar o petista, como uma amizade de anos com Ciro Gomes, presidenciável derrotado do PDT, e cobram sua nomeação.

Os petistas ainda concorrem pelo comando do Ministério de Desenvolvimento Social, que estaria reservado a Simone Tebet. O nome indicado pelo PT é o da ex-ministra Tereza Campello, que trabalhou com Dilma Rousseff.

O jurista Silvio Almeida é um dos cotados para assumir o Ministério dos Direitos Humanos. A estrutura atual deve ser dividida em duas, com as áreas de Mulheres, Juventude e Igualdade Racial podendo ficar em uma pasta separada.

O procurador Jorge Messias, conhecido como "Bes-sias" após ter sido citado pela ex-presidente Dilma em um telefonema para Lula no auge da Lava Jato, em 2016, deve comandar a Advocacia-Geral da União (AGU).

Notícias Relacionadas:

PORTAL TERRA

Lula deve anunciar mulheres para ministérios com verbas robustas

Expectativa

Anúncio de novos nomes para compor ministérios deve ocorrer entre hoje e amanhã

STF analisa pacote de 'bombas tributária' antes do recesso

Bárbara Pombo, Adriana Aguiar e Joice Bacelo

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/impreso/20221212/>

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20221212/>

Após julgamento do STF, INSS alerta para golpe da revisão da vida toda

MonitoR7

*/
Do R7*

O STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu pela revisão da vida toda do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) em recente julgamento e, com isso, pessoas aposentadas poderão requerer reavaliação do valor do benefício e passar a ganhar mais.

Depois da decisão, segurados começaram a receber mensagens por meio de aplicativos e redes sociais. Por isso, o **INSS** alerta sobre ação de criminosos que se aproveitam do momento para aplicar golpes em beneficiários segurados por meio de obtenção de dados pessoais.

O **INSS** informa que não entra em contato com seus segurados por telefone ou outros canais para oferecer serviços ou benefícios e tampouco revisões de valores.

O contato não é feito por nenhuma via, seja telefone, e-mail ou redes sociais e, por isso, assim que receber qualquer mensagem nesse sentido, o segurado deve ignorar.

Caso o cidadão tenha sido notificado e tenha alguma dúvida, ele poderá ligar no 135, o telefone oficial do **INSS** para obter mais informações e confirmar a veracidade da comunicação recebida.

Apesar da segurança que o estelionatário passa nas mensagens, o cidadão deve ficar atento com o golpe, e jamais mandar foto, dados ou clicar em links enviados por falsos servidores.

O **INSS** recomenda, então, que em caso de contato, ignorem ou desliguem o telefone e não forneçam nenhum tipo de informação.

Em caso de golpe, a pessoa pode denunciar à ouvidoria do instituto e, caso tenha sido vítima de um, lavrar boletim de ocorrência e informar os órgãos competentes, o **INSS** e o banco.

Site: <http://tv.r7.com/rec-7/noticias/monitor7/apos->

***jujamento-do-stf-inss-alerta-para-golpe-da-revisao-da-
vida-toda-12122022***

PEC 32 começa a tramitar na Câmara



VICTOR CORREIA

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº32/2022, conhecida como PEC da Transição ou do Precipício, começa a tramitar hoje na Câmara dos Deputados. O texto original passou, com alterações, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e pelo Plenário do Senado em uma vitória espaçosa para o governo eleito, com 64 votos nas duas votações.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), pautou a proposta para a sessão plenária de hoje, após queimar etapas ao anexar o texto a uma matéria já aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Casa. Mas a expectativa é de que a apreciação comece, de fato, na terça-feira devido à diplomacia do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Na Câmara, porém, a expectativa é de uma resistência maior entre os parlamentares do que a ocorrida no Senado para aprovar a PEC em tempo hábil para incluir o aumento do limite do teto de gastos no Orçamento de 2023. Também há a pressão para não haver mudanças na matéria a partir de agora, o que impediria o ajuste do limite orçamentário para continuar pagando o Bolsa Família de R\$ 600 a partir de janeiro.

O texto da PEC da Transição aprovado pelo Senado reduziu o volume de despesas fora do teto de R\$ 198 bilhões para R\$ 168 bilhões, no teto de gastos, sendo R\$ 145 bilhões para o novo Bolsa Família e R\$ 23 bilhões para investimentos.

Lula está otimista com o avanço da proposta na Câmara. "Nós agradecemos profundamente aos senadores que votaram a PEC, que não é uma PEC do governo Lula, do futuro governo. É uma PEC do

governo Bolsonaro, porque é para resolver o problema do orçamento", declarou na última sexta o presidente eleito. "Eu já ouvi boatos de que a PEC vai ter problema na Câmara dos Deputados. Eu não acredito. Eu farei quantas conversas forem necessárias para que a PEC seja aprovada na Câmara como foi aprovada no Senado", frisou.

Ontem, líderes do PT reuniram-se com Lira para negociar a tramitação do texto da PEC, especialmente a necessidade de que ele seja aprovado sem alterações e, assim, evitar que a matéria volte para o Senado. O presidente da Câmara ainda não definiu quem será o relator. Os cotados são Celso Sabino (União-PA) e Elmar Nascimento (União-BA).

Para ser aprovada na Câmara, a PEC precisa do aval de 308 dos 513 parlamentares da Casa - o equivalente a três quintos dos deputados -, em dois turnos. No Senado, o mínimo para a aprovação era de 49 senadores.

O deputado federal Márcio Macêdo (PT-SE), que integra o núcleo de articulação política da transição, conta com, pelo menos, 350 parlamentares. A expectativa da equipe de transição é que a votação ocorra até quarta-feira.

A resistência maior é entre os parlamentares da base aliada do presidente Jair Bolsonaro (PL). O líder do partido do presidente no Senado, Carlos Portinho (PL-RJ), declarou, na semana passada, que a sigla quer reduzir ainda mais o valor do aumento do teto de gastos. "Há um alinhamento entre o PL no Senado e o PL da Câmara para reduzir lá o que não se conseguiu reduzir aqui", disse Portinho a jornalistas no Salão Azul do Congresso. Na sexta-feira, deputados da legenda foram à tribuna criticar a medida proposta pelo governo eleito.

"Espero que esta Casa não dê o maior tiro nos seus pés. Aliás, tiro no ouvido, ao aprovar a PEC da Gastança, a PEC da Vergonha, a PEC do Fim da Responsabilidade Fiscal deste país", vociferou o 1º vice-líder da legenda na Câmara, deputado Giovani Cherini (PL-RS). "Eu sou contra o rombo no Orçamento, porque isso vai trazer **inflação** e destruição para o país. Vai haver perda de empregos", acrescentou o deputado general Eduardo Girão (PL-RN).

O PL tem a maior bancada da Casa, com 76 parlamentares. O PP, que também compõe a base de

Bolsonaro, tem 56. Ambos os partidos, no Senado, orientaram contra a PEC. O Republicanos, por sua vez, orientou a favor da PEC no Senado. O partido Novo é outro que sinaliza em desfavor da matéria. Mas a expectativa é de dissidências dentro da base aliada de Bolsonaro. Estimativas iniciais dos partidos prevêem 30 parlamentares do PL; 35 do PP; e 29 do Republicanos que podem votar favoravelmente ao novo governo.

Orçamento secreto

O texto chega à Câmara em meio a um abalo nas negociações entre parlamentares do Centrão, do qual Lira faz parte, e a equipe do novo governo causado pelo julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) de ações que pedem a inconstitucionalidade das emendas do relator-geral, as RP9, criadas no atual governo e comumente conhecidas como o "orçamento secreto" pela sua falta de transparência. Os pedidos foram protocolados pelo Psol, PSB e Cidadania.

A Corte começou a sessão na semana passada, e deve retomar os trabalhos na próxima quarta-feira. Os ministros ainda não deram seus pareceres quanto à validade do mecanismo. Uma das armas utilizadas pelo governo eleito na negociação com o Parlamento é que o texto apresentado no Senado inclui a antecipação de R\$ 23 bilhões referentes ao excesso de arrecadação que, se a matéria for aprovada, poderão ser usados para desafogar o orçamento do atual governo, que sofre com restrições. O dinheiro também poderá ser usado para liberar cerca de R\$ 7,7 bilhões em emendas de relator que, atualmente, estão bloqueadas por falta de verba.

Parlamentares expressaram preocupação com o julgamento de Lira, principal defensor do mecanismo. O presidente da Câmara, por sua vez, fez chegar as reclamações à articulação do governo eleito, inclusive a Lula. O petista é contra o orçamento, e avalia que o fim da medida facilitaria a negociação com parlamentares em sua futura gestão.

O mal-estar desencadeou um esforço da equipe de transição e aliados para tentar descolar o julgamento do STF da tramitação da PEC. Em pronunciamento na sexta, Lula disse ser favorável às emendas, desde que haja transparência.

O senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente da Casa, também se manifestou neste sentido. "São coisas independentes. O STF tem o papel de julgar aquilo que foi provocado. Desde o ano passado, já vem discutindo sobre o tema. O Congresso Nacional se fez representado através de sua advocacia", declarou o senador, citando documento enviado à Suprema Corte pelo Congresso defendendo as

emendas do relator-geral. "Entendo que não, são questões distintas", respondeu o vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin (PSB), quando questionado se o julgamento pode atrapalhar a tramitação da PEC. "Acredito que, da mesma forma que o Senado fez uma manifestação expressiva, a Câmara também o fará", completou.

308 Número mínimo de votos necessários para aprovar uma PEC na Câmara

Economia nega Estado "quebrado" e projeta queda na dívida

O Ministério da Economia divulgou nota neste domingo (11) para rebater o que classificou de "declarações infundadas" sobre o cenário econômico nacional, citando que as contas públicas do Estado não estariam "quebradas" e que haverá queda na dívida do país.

Na semana passada, o grupo técnico de Planejamento, Orçamento e Gestão da equipe de transição do governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva fez um diagnóstico bastante duro sobre as contas do governo federal.

"O diagnóstico que vai ficando claro para o governo de transição é que governo Bolsonaro quebrou o Estado brasileiro. Serviços essenciais ou já estão paralisados ou correm grande risco de serem totalmente comprometidos", disse o coordenador dos grupos técnicos, o ex-ministro Aloizio Mercadante.

No **comunicado** deste domingo, o Ministério da Economia procura contrapor críticas feitas e ressalta que a dívida bruta do governo geral deverá terminar o ano representando 74% do **PIB** (Produto Interno Bruto), com superávit primário de R\$ 23,4 bilhões, o primeiro desde 2013, de acordo com o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias.

"Será o primeiro governo que encerra o mandato com endividamento em queda: em 2018, a relação dívida/**PIB** chegou a 75,3%", afirmou o **comunicado**.

Os compromissos totais devidos pelo Brasil a organismos e instituições financeiras internacionais deverão somar US\$ 1,23 bilhão (R\$ 6,4 bilhões) em 2023. De acordo com o ministério, o valor é quase 20% menor que o total de US\$ 1,52 bilhão devido no ano de 2016.

"Importante considerar que, para 2022, o governo havia reservado no PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual) o valor de R\$ 2 bilhões para pagamento de compromissos com organismos e instituições financeiras internacionais, mas o valor foi reduzido pelo Congresso Nacional a R\$ 907 milhões, o que impossibilitou maior redução dos passivos", disse a pasta.

O governo destacou o impacto da pandemia da Covid-19 sobre os planos de reajuste salarial dos

servidores públicos, cujo pagamento da última parcela ocorreu em 2019.

A pasta disse que as políticas adotadas para manutenção de empregos e auxílio financeiro à população impediram a aprovação de reajustes aos **servidores públicos** até o fim de 2021.

Para 2023, no entanto, o Projeto de Lei Orçamentária enviado ao Congresso previu R\$ 10,5 bilhões para reajustes dos **servidores públicos** do Poder Executivo. O montante corresponderia, de forma linear, a cerca de 5% de correção salarial.

Apesar do cenário citado pelo ministério, o relator geral do Orçamento para 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI), e outros apontam a falta de recursos para programas.

O governo eleito tenta aprovar a PEC da Transição no Congresso para expandir por dois anos o teto de gastos em R\$ 145 bilhões para pagamento do Bolsa Família de R\$ 600 e recompor outros pontos do Orçamento de 2023.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50123>

Por que a sigla MMT provocou estresse no debate fiscal



Alexa Salomão *brasil*

Cheia de detalhes técnicos e controversa até para iniciados. Assim é a Teoria Monetária Moderna, normalmente identificada pela sigla em inglês, MMT. Dada a sua complexidade, o debate sobre seus conceitos costuma ficar restrito à academia.

De forma bem simplista, ela sustenta que o Estado pode ter déficit, dívida e emitir moeda nacional o quanto quiser -enfim, gastar sem quebrar. Uma afirmação que se contrapõe ao pensamento econômico convencional, chamado ortodoxo, que sustenta a necessidade de controlar dívida e gasto públicos, para manter a saúde financeira do Estado e do país.

Na semana passada, a MMT virou notícia ao aparecer justamente num dos textos mais aguardados e observados: o parecer do senador Alexandre Silveira (PSD-MG) para embasar a aprovação da PEC da Transição-medida que libera o governo eleito para elevar o gasto de 2023.

O estresse intelectual se instalou entre economistas ao ver a sigla no texto.

No grupo de transição da economia do governo eleito, o economista Pérsio Arida avisou que a menção poderia criar ruído na avaliação da PEC.

Fernando Haddad, que ainda não havia sido nomeado como futuro ministro da Fazenda, fez contato com o senador Alexandre Silveira ponderando sobre se seria realmente necessário manter a citação, numa sinalização de que seria melhor suprimi-la.

O trecho foi extraído. Mas a polêmica já estava instalada.

Pipocaram comentários, publicações nas redes sociais e reportagens preconizando que o PT havia encontrado um dogma econômico certo para explodir de vez o teto de gastos, ainda que o texto tenha sido apresentado por um parlamentar do PSD.

Segundo a assessoria do senador, o trecho foi redigido pela Consultoria do Orçamento, que dá apoio técnico aos parlamentares. A área informou à Folha não ter autorização para divulgar nomes de técnicos, pois a autoria é atribuída ao parlamentar que encomenda o texto.

Existe uma nova geração de estudiosos da MMT, e alguns circulam no Congresso. Uma referência é o economista David Deccache, assessor econômico na Câmara e autor do livro "Teoria Monetária Moderna: A chave para uma economia a serviço das pessoas".

O economista petista Guilherme Mello, outro que está no grupo da transição e é cotado para o governo, leciona MMT na Unicamp (Universidade Estadual de Campinas).

O maior expoente da teoria no Brasil é o economista André Lara Resende. Integrante do grupo de transição e também cotado para ocupar cargo no governo, ele disse à Folha que não viu sentido na citação.

"Considerarei a menção primária e desnecessária. Uma ingenuidade política surpreendente", afirmou. "MMT é fonte de muita confusão. Seus detratores e mesmo grande parte de seus defensores não a entendem."

André Lara é um estudioso dos fenômenos associados à moeda. Foi formulador, junto com Pérsio, dos princípios que levaram à criação da URV, a moeda escriturai e paralela do Plano Real Por décadas, foi visto como liberal. Após se debruçar sobre os autores reunidos na MMT, publicou artigos argumentando que

a economia do "mainstream" se tornou disfuncional.

O livro "Consenso e Contrassenso: Por uma Economia Não Dogmática" reúne vários desses textos.

"A MMT é apenas uma descrição correta do sistema monetário fiduciário. Seus críticos sustentam que é uma licença para gastar, sem qualquer critério, financiada pela expansão monetária. Não é absolutamente o caso, mas vai explicar. Por isso, nunca mais mencionei. Só provoca confusão", diz ele.

O fato é que a nova sigla entrou de vez no antigo debate entre contracionistas (que, em linha geral, defendem controlar a **inflação** freando o consumo) e expansionistas (que, de forma ampla, defendem estimular o consumo para trazer crescimento), mas não é uma teoria nem moderna, nem monetária.

Para entender seus princípios é preciso percorrer a história da moeda.

No passado, moeda era algo físico, geralmente de metal precioso. À medida que o dinheiro evoluiu para moedas de metais menos nobres e notas, passou a ter lastro (cada unidade física correspondia a uma quantidade de riqueza concreta). No século 19, adotou-se o padrão-ouro, ou seja, a quantidade de moeda em circulação representava um volume de ouro estocado.

Os países compravam, estocavam e vendiam barras o tempo todo. O câmbio era fixo. Dinheiro, investimentos, exportações e importações dependiam dos estoques de ouro, e mexiam com eles.

Isso começou a mudar em 1914, quando a Inglaterra trocou o padrão-ouro pelo dólar-ouro. A libra foi ancorada na moeda americana, que por sua vez, detinha a reserva em ouro. Outros países fizeram essa migração. Nos anos de 1970, quando os EUA começaram a gastar como se não houvesse amanhã, ficou claro que não havia ouro suficiente. Em 1973, o país desvinculou o dinheiro do metal.

A moeda começou a ser identificada como um registro contábil. Mas o que interessa na MMT é que o Estado ficou livre para emitir. O Estado cria moeda soberana quando liga a máquina de imprimir dinheiro e também quando emite títulos de dívida pública, não apenas para o mercado financeiro mas também para o Banco Central.

Ou seja, a MMT afirma que o Estado pode emitir e se endividar para gastar na moeda nacional de forma ilimitada. Nunca vai quebrar, pois sua capacidade de endividamento não está limitada por sua capacidade de crescimento, como empresas, nem por sua renda,

como as famílias.

Daí surgiram questões. O Estado pode criar moeda para gerar crescimento e emprego? Até quanto? Pode deter recessões? Mas se criar muita moeda não vai gerar **inflação**?

Perguntas como essas foram feitas por gerações de economistas dedicados a estudar a moeda, seu uso e os efeitos sobre crescimento, arrecadação, renda e emprego.

O economista alemão Georg Friedrich Knapp (1842-1926) afirmou que a credibilidade da moeda também está associada à estabilidade político-institucional do Estado. Um país instável sofre com a **inflação** mesmo que seja rigoroso com o controle da dívida e da emissão de moeda.

O neomarxista polonês Michal Kalecki (1899-1970) defendeu que déficits públicos não importam, pois são inerentes a uma política econômica que atua para manter o pleno emprego.

Abba P. Lerner (1903-1982) fez longos estudos sobre o gasto público. Entre suas conclusões estão que o investimento do Estado é o único que pode ser planejado em benefício do crescimento das nações, pois o privado depende de garantia de lucro para alguns.

Hyman Minsk (1919-1996) afirmou que o volume de crédito oferecido pelo sistema bancário segue a percepção de risco e retorno, refletindo os humores dos empresários, e é a oscilação desse estado de espírito que causa crises recorrentes no capitalismo.

Em 1990, o americano Larry Randall Wray empacotou as teorias desses e outros no livro "Understanding Modern Money". Foi um título irônico: ele sabia que reorganizava conceitos antigos. Mas o nome pegou. Nascia a MMT.

Os trabalhos de Wray tiveram apoio financeiro do contrerrâneo Warren Mosler, empresário, gestor de fundos e político independente, o que ampliou a publicidade do tema. Uma de suas alunas, Stephanie Kelton, reverberou o debate com mais clareza em outro livro, "O Mito do Déficit".

Kelton se tornou assessora do senador democrata Bernie Sanders, abrindo uma ponte entre a MMT e a política pública dos EUA -com exageros, reconhecidos até por defensores da MMT, o que alimentou a crítica de que a teoria embasa gasto desordenado.

Ainda que identificada com a esquerda, até heterodoxos têm ressalvas à MMT. O economista

Nelson Marconi, que se autodenomina desenvolvimentista, diz que alguns instrumentos inspiram cuidados.

"É preciso saber quando asar a emissão de títulos públicos, porque, a depender do nível de atividade, você perde o controle da taxa de juros, por consequência, da taxa de câmbio, e gera inflação."

Para seus defensores, as linhas da MMT, bem aplicadas, geram benefícios.

"As contribuições de pesquisas empíricas, aglutinadas na MMT, mostram que o investimento do Estado gera crescimento, renda e arrecadação, e que contrair gastos reduz PIB e arrecadação", afirma Simone Deos, pesquisadora sênior do Cebri (Centro Brasileiro de Relações Internacionais).

"A MMT descreve um fato: que não há restrição orçamentária para o Estado gastar, mas isso não significa que há mandato para gastar", afirma Leonardo Burlamaqui, professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, outro estudioso do tema. "Exatamente porque tenho esse poder é preciso ter uma enorme responsabilidade para gastar!"

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=501>

23

Com Selic alta, 2023 deve ser o "ano da renda fixa" de novo

NATHÁLIA LARGHI *economial@oglobo.com.br*

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

O papel do BNDES e da Petrobras no governo Lula - SERGIO LAMUCCI

SERGIO LAMUCCI

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187406?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187406?page=1§ion=1>

Renegociação da dívida foi marca de Haddad em SP

Ricardo Mendonça e Mariana Ribeiro São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187406?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187406?page=1§ion=1>

Na COP17, Brasil defende equilíbrio entre meta de preservação e finanças

Daniela Chiaretti De Montreal (Canadá)

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187406?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187406?page=1§ion=1>